

DESINDUSTRIALIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO NO ATUAL PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL BRASILEIRO

Daniel Senna Dias¹

Resumo

A teoria marxista da dependência trabalha com categorias em um nível de análise intermediário entre o plano de acumulação a nível mundial, tal como tratado por Marx no *Capital*, e as formações econômico-sociais. As relações de dependência oriunda da integração desigual e combinada das regiões periféricas ao mercado mundial criam especificidades singulares nos países dependentes, nesse sentido a categoria de padrão de reprodução do capital busca criar o nexos teórico entre a condição dependente e as formações econômico-sociais. A configuração do capitalismo atual criou um tipo de reprodução do capital cujo uma das principais características é a reprimarização da pauta exportadora e a desindustrialização devido ao papel assumido por esses países na nova divisão internacional do trabalho. Simultaneamente a esse fato, é evidente o domínio do capital fictício sobre acumulação de capital, o que configura as economias como plataformas de valorização financeira. A hipótese defendida neste trabalho é a de que os processos de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora brasileira são resultados do rearranjo da dinâmica imperialista, após a crise estrutural de 1960-1970, com deslocamento de parte da produção para países periféricos e da financeirização. Além da revisão bibliográfica, foi feita uma análise de dados a partir do relatório do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial sobre a desindustrialização e um estudo sobre dados da balança de pagamentos e da dívida pública brasileira.

Palavras-chave: Padrão de reprodução do capital. Teoria Marxista da Dependência. Desindustrialização. Financeirização.

Introdução

A forma desigual e combinada na qual o mundo é integrado gera muitas interpretações sobre o desenvolvimento dos países diante a integração ao mercado mundial. Dentro da perspectiva da Teoria Marxista da dependência (TMD), o mundo está separado hierarquicamente entre formações econômico sociais² em situação dependente e formações imperialistas (centrais). O modo de produção capitalista requer o estabelecimento do sistema mundial capitalista a todas as regiões do globo, ou seja, o mercado mundial. E é no âmbito do mercado mundial onde ocorrem as relações de hierarquia entre países dependentes e imperialistas, dentro de uma divisão internacional do trabalho (DIT), países cujo as forças produtivas se constituíram previamente em relação aos dependentes, na época do capitalismo industrial, dominaram as nações débeis, atribuindo o que deveriam produzir de acordo com a necessidade da sua acumulação de capital.

É a partir da inserção latina-americana na DIT como fornecedores primários para dar continuidade a acumulação central que se entende a categoria de dependência. Por dependência

¹ Estudante de doutorado no programa de pós-graduação em economia da indústria e tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Conceito que nos remete à consolidação do capitalismo em unidades político-econômico e territoriais limitadas (os países).

explica:

entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005a, p. 134-135)

Ainda segundo Dos Santos (1970), a dependência é gestada por condicionantes historicamente construídas. A dependência deve ser compreendida como uma dialética entre externo e interno, das transformações que ocorrem na economia mundial (externo) e como são internalizadas de maneira a moldar as estruturas econômicas internas. O tipo de dependência muda de acordo com o modo de inserção internacional, que por sua vez irá influenciar no modo de reprodução do capital. Durante final do século XIX até a segunda década do século XX, a inserção brasileira era primário exportadora com o tipo de dependência financeiro industrial; de 1950 até início de 1980, a inserção, além de manter o papel primário exportador, foi o destino do capital estrangeiro tendo em vista o desenvolvimento industrial para captar o mercado interno, nesse período predominou a dependência tecnológica-industrial; de meados de 1980 até a atualidade a dependência pode ser caracterizada como neoliberal-financeira e tecnológica, onde o país se tornou uma plataforma de valorização financeira juntamente com a retomada do papel primário exportador, sob efeitos de desindustrialização (ALMEIDA FILHO e ARAÚJO, 2013).

Sendo assim, a integração da América Latina ao mercado mundial no final do século XIX como fornecedora primária caracterizou a primeira forma de dependência. Os autores da TMD explicam que por serem dependentes as economias periféricas têm parte do excedente de mais-valor produzido expropriado pelas economias centrais em decorrência da integração desigual e combinada ao mercado mundial (MARINI, 2005b). Essa modalidade de transferência de valor da periferia ao centro se dá pela divisão desigual da taxa de lucro a nível mundial, onde capitais de maiores composições orgânicas localizados no centro do capitalismo se apropriam de uma parcela maior de mais valor (via deterioração dos termos de troca). Mas podem existir outras formas de transferência, como: pagamentos de serviços da dívida; remessas de lucros, *royalties* e dividendos.

A transferência de valor ocorre na circulação, pois, pelas economias periféricas estarem suscetíveis a expropriação de parte de seu mais-valor, elas precisam utilizar mecanismos de compensação. Visto que o avanço tecnológico é monopolizado pelas nações imperialistas, os capitais situados na periferia do capitalismo recaem sua produção mais sobre o trabalho. A superexploração é entendida como uma consequência do desdobramento do capitalismo mundial e que constitui um elemento estrutural das formações econômica-sociais dependentes. A superexploração é melhor compreendida como sendo a elevação do grau de exploração sem que houvesse necessidade de passar pelo aumento da produtividade (MARINI, 2005b).

Existem três maneiras combinadas ou não dessa exploração redobrada sobre o trabalho listados por Marini (2005a): remuneração abaixo de seu valor, prolongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho. Luce (2013) acrescenta um novo mecanismo relacionado ao elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumento da remuneração. Por fim, esse mecanismo de compensação representa a apropriação de parte do fundo de vida do trabalhador para a acumulação de capital. Portanto, a superexploração é o desgaste prematuro da força de trabalho ao ponto de ela não conseguir reproduzir-se como tal³.

Quando Marini (2005a) escreveu sua obra clássica *dialética da dependência* em 1973, o autor tinha em vista o modo como o capitalismo mundial se desdobrava nas partes periféricas do globo. O capitalismo latino-americano configura-se como um capitalismo *sui generis*, pois nessas regiões, devido ao desenvolvimento desigual e combinado dentro de uma dinâmica imperialista, se constitui um tipo de capitalismo com elementos únicos que influenciam na formação econômico-política e social dos países. Nesse sentido, a teoria escolhida para este trabalho em nível intermediário de análise entre um nível mais da acumulação de capital a nível mundial e um mais concreto correspondente à formação econômico-social das nações dependentes.

Por último, mas não menos importante, trazemos uma breve discussão sobre o conceito de Estado dependente, segundo Osorio (2019). O Estado é, em última instância, o comitê político da burguesia, porém ele é mais. O Estado é essencialmente um instrumento da classe dominante, porém é além disso também. O Estado é fundamentalmente a condensação das relações de poder, mas também vai além. Enfim, o Estado, aparelho estatal e a sociedade civil representam o centro do poder e estão em intensa disputa inter e entre as classes e frações de classe por sua hegemonia (no sentido gramsciano). O Estado dependente não seria diferente dessa visão marxista, mas também reúne singularidades advindas do capitalismo *sui generis* periférico. Em primeiro lugar, os Estados dependentes são subsoberanos pois as burguesias locais optam pela subordinação/associação ao imperialismo, sendo esta uma condição de sobrevivência para as burguesias mais débeis. O segundo aspecto: o Estado na periferia age para manter a vigência da superexploração da força de trabalho, seja por meio de coerção e/ou consenso.

As categorias expostas nessa nota introdutória têm por objetivo delinear nosso arcabouço teórico antes de partir para uma discussão aprofundada, apresentando, mesmo que de forma sintética, as categorias basilares da TMD. Dito isso, o nosso objetivo está dentro de um esforço por parte dos teóricos contemporâneos da TMD em um resgate da teoria, que por muito tempo foi exilada do país, bem como sua atualização, tendo em vista as mudanças do capitalismo

³ Atualmente, como estamos tratando de um país como Brasil, onde o sistema de crédito é mais consolidado quando comparado a outros países latino-americanos, os trabalhadores conseguem acessar a maiores cestas de consumo, mesmo que a custos de alto endividamento, a força de trabalho consegue se reproduzir.

contemporâneo. Assim, além desta introdução, contamos com uma seção acerca da categoria de padrão de reprodução do capital (PRC, a partir de então) e a apresentação qualificação feita por Osorio (2012b) de um novo PRC especializado e exportador primário, focando na questão da desindustrialização. A segunda seção corresponde a uma revisão teórica do conceito de financeirização e a configuração do capitalismo contemporâneo com alguns elementos históricos. Na terceira seção fazemos uma investigação do novo PRC sob os efeitos da inserção subordinada da América Latina no circuito financeiro. A hipótese defendida no trabalho é de que os fenômenos de desindustrialização e financeirização possuem uma relação de simbiose oriunda da configuração do capitalismo contemporâneo.

1. A desindustrialização no novo padrão exportador de especialização produtiva

A categoria de PRC visa buscar o nexos teórico entre as leis que regem o capitalismo dependente e as formações econômico-sociais ou, em outras palavras, a dupla articulação entre a situação dependente e a estrutura econômica desses países. Marini tratou mais detidamente acerca do tema entre as décadas de 1970 e 1980. No próprio *dialética* já havia um corpo teórico daquilo que seria o ciclo da economia dependente, mas seria posteriormente, no Ciclo da economia dependente (MARINI, 2012 [1979]) e *Plusavalia Extraordinária y acumulación de capital* (MARINI, 1979) que surge discussões mais aprofundadas. O último lançamento relevante do autor sobre o tema foi em 1982, em *El patrón de reproducción del capital em Chile* (MARINI, 1982). A categoria ainda careceria de precisão teórica e coube a Jaime Osorio fazer o acabamento teórico.

Definição designada por Osorio (2012a) para a categoria,

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem de suas esferas da produção e circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específico (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram (OSORIO, 2012a, p.40-41)

A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou históricos-concretos (formações econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios. (OSORIO, 2012a, p.40-41).

Exposto a nossa categoria base para nossa investigação, voltemos à Marini (2005a). Segundo o autor, se sobre a América Latina irradiam leis específicas do desenvolvimento capitalista, o ciclo do capital latino-americano possui especificidades únicas. O fundamento da

economia dependente é a superexploração e, conseqüentemente, o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas (LUCE, 2018), por isso há uma cisão do ciclo do capital em que possui uma determinada característica em cada fase da dependência, na qual Marini chamou cada fase de espiral da dependência. Precisariamos fazer as devidas mediações para explicar as duas cisões do ciclo, fato que transborda a proposta do artigo, mas sinalizamos que ocorreram duas cisões do ciclo do capital. A primeira corresponde ao papel primário exportador em fins do século XIX e início do século XX e a segunda ao período industrializante, onde a estrutura produtiva passou a produzir bens suntuários. O objetivo a partir daqui será discorrer sobre o atual padrão de reprodução do capital, tal como exposto por Osorio (2012b), tendo em foco a desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora como traço marcante da estrutura produtiva atual.

Os tipos de PRC estabelecidos no Brasil (por extensão a América Latina) acompanham o seguinte desdobramento: muda-se o tipo de padrão de acumulação global, o tipo de dinâmica imperialista⁴, as relações de dependência e, conseqüentemente o perfil da reprodução do capital internamente na periferia. Osorio (2012a) coloca três diferentes padrões com fases de transição⁵ entre um e outro. São eles: agromineiro exportador, que abrange o período da dependência até a segunda década do século XX; o industrializante, compreendido entre a segunda metade dos anos 1930 até meados dos anos 1970, subdividido na fase autônoma e internalizada (de 1930 até 1940) e a fase marcada pela associação ao capital estrangeiro (após 1950); por fim, o atual, padrão primário exportador de especialização produtiva que começa em 1980.

Como mencionado, as transformações no sistema mundial capitalista desencadeiam mudanças nas relações de dependência e, por conseguinte, impactam nas estruturas internas dos países. Logo, o capital em seu ciclo baseia-se em setores chaves que produzem valores de uso característicos daquele PRC. Logo, no padrão agromineiro, o eixo dinâmico da economia eram os setores exportadores primários. No industrializante, a região passou por um intenso processo de industrialização⁶, que impulsionou uma mudança qualitativa na estrutura produtiva mantendo a condição dependente⁷. Sobre o atual PRC, algumas considerações de acordo com Osorio (2012b). O novo padrão guarda significativas semelhanças no referente aos valores de uso produzidos no agromineiro exportador do início do século XX, porém diferencia-se deste último pelas maiores elaborações tecnológicas utilizadas na produção. A condição exportadora vem do fato de que os

⁴ Inclusive, precisamos fazer uma breve nota sobre a relação das teorias de imperialismo com a dependência. Segundo Amaral (2012), a teoria do imperialismo e dependência estão interligadas, mudanças na configuração da dinâmica imperialista acompanham mudanças nas relações de dependência.

⁵ Por fase de transição entendemos que quando um padrão vai perdendo sua força, porém o próximo não possui força suficiente para ser dominante.

⁶ Para um maior aprofundamento sobre o processo de industrialização latino-americana sob a perspectiva da TMD, indicamos a obra clássica de Vânia Bambirra (2013) *o capitalismo dependente latino-americano*.

⁷ Ou seja, transformação modernizadora (Bambirra, 2013).

setores eixos das economias produzem mercadorias para serem realizadas prioritariamente no mercado externo. O aumento expressivo do fluxo de comércio internacional das economias latino-americanas a partir de 2000 e o tipo de bem exportado conformam a inserção primário-exportadora e o lugar da América Latina no mercado mundial.

O capital estrangeiro foi um dos atores privilegiados na reconfiguração do mundo periférico a partir dos anos 1980. Destacamos três movimentos, primeiro o capital estrangeiro foi atraído pelas privatizações em larga escala efetuadas na década de 1990. Em segundo, o IED dessa vez se instala na periferia ou na linha final das cadeias produtivas, a de montagem, cujo valor agregado é menor e gera pouco dinamismo econômico (atividades maquiladoras, por exemplo) ou nos setores produtores de commodities. Em terceiro, outras formas de valorização do capital são engendradas a partir de 1980 e intensificadas nos anos seguintes. Estamos nos referindo ao capital estrangeiro atuando como bancário-financeiro e se apropriando de juros decorrentes do mercado de dívida pública (OSORIO, 2012b). Veremos mais à frente o protagonismo central do capital estrangeiro no equilíbrio do balanço de pagamentos e na atividade econômica interna.

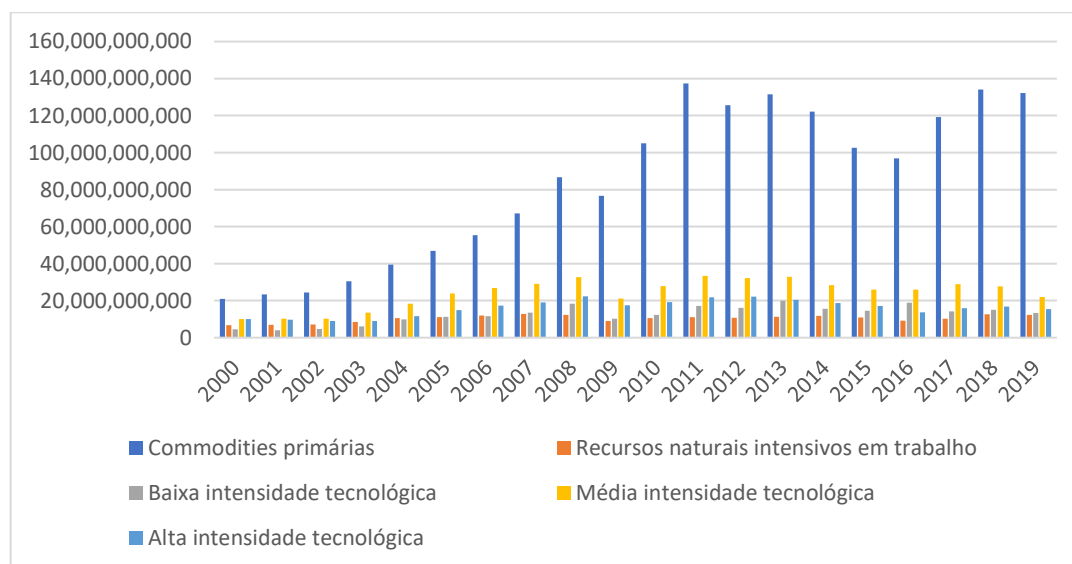
A noção de padrão de reprodução do capital nos permite articular a condição exportadora e a condição de vida da classe trabalhadora, o que explica o fato da América Latina registrar altas taxas de crescimento econômico ao mesmo tempo que também registrava a deterioração da vida e do trabalho da maior parte da população (OSORIO, 2012b). Para explicar isso, primeiro precisamos voltar ao ciclo bipartido da economia dependente. A mercadoria aqui produzida não se destina ao mercado interno, mas ao externo. Por isso, o mercado interno não é um fator preponderante ao desenvolvimento capitalista periférico⁴³. Isso ocorre, pois, os valores de uso da produção são majoritariamente de bens de uso industrial e de matérias-primas e o nível de salário médio não é compatível pelo preço que é exportado.

Em segundo, também relacionado ao primeiro, as economias dependentes fundamentam sua produção sob a superexploração da força de trabalho. Assim os capitais atuantes dessa economia, para se manterem competitivos no mercado internacional, precisam deteriorar as condições de vida dos trabalhadores. A consequência disso recai sobre o fundo de consumo dos trabalhadores. Chamamos isso, anteriormente, de divórcio da capacidade produtiva e das necessidades da maioria da população. Acaba que uma minoria da população que vive de apropriação de mais-valor, renda ou salários elevados é responsável por parte considerável do consumo. Essa disparidade entre as camadas sociais é a tão conhecida desigualdade social típica de sociedades dependentes (OSORIO, 2012b).

Partimos neste momento para uma análise qualitativa dos dados para situar a

reprimarização da pauta exportadora e a desindustrialização no atual padrão. Os anos 2000 viriam para mostrar um retorno do desenvolvimento calcado nas exportações primárias, levando ao Osorio (2012b) a afirmar que o período de industrialização foi uma excepcionalidade na história da região. O gráfico 1 demonstra o crescimento considerável dos bens de commodities primárias a partir de 2000, sendo o período correspondente ao chamado *boom* das commodities. O aumento das exportações é explicado, em parte, pelo aumento da demanda internacional, principalmente da China. Conhecido como “efeito China”, a demanda chinesa por esse tipo de bem aumentou tanto sobre o comércio externo brasileiro que no ano de 2000 o volume total das exportações brasileiras era de 1,11 bilhão de dólares e no ano de 2019 foi para 63, 43 bilhões (Atlas da complexidade econômica, 2021), cerca de 27% das exportações brasileiras são destinadas à China. Tal tendência denota a importância da economia chinesa, não só para o Brasil, mas para toda a América Latina, como uma região essencial para o suprimento de bens primários.

Gráfico 1 de evolução das exportações de commodities em U\$ bilhões



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados obtidos pelo atlas da complexidade econômica (2020)

A especialização produtiva em bens de baixa intensidade tecnológica levou a autores, como Arend (2014), a afirmarem que a desindustrialização, ou seja, a perda da importância da indústria manufatureira no produto interno bruto (PIB) e na geração de emprego é resultado da conformação de uma nova DIT, onde o Brasil (e América Latina) assumem o papel de exportadores primários e seus parques industriais sofrem uma forte retração. Conclusão semelhante também chega o relatório realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), segundo o qual a participação da indústria no PIB brasileiro sofreu uma retração de 21,4% para 12,6%, entre 1970 e 2017. O trabalho também parte de uma perspectiva internacionalista, pois foram reunidos trinta países que detinham noventa porcentagem do parque

industrial do planeta⁸, de 1970 a 2017. Todos os índices do relatório mostram o Brasil passando por uma retração da indústria manufatureira na participação do PIB muito mais intensa e acelerada que qualquer outro dos trinta países. Em 2017, o país possuía o nono maior parque industrial do mundo, com 1,86%, pertencente à fatia brasileira, porém já teve uma participação maior. Por outro lado, os países do Leste asiático, desde os anos 2000, ganharam a fama pelo protagonismo na produção industrial, principalmente a China. Todavia, num passado não tão distante, a situação era diferente. O Brasil, no começo da década de 1980, era dono de 4,0% da produção industrial mundial e na mesma época China, Coreia do Sul e Índia não somavam o mesmo percentual (IEDI, 2019).

Para concluir, ao que parece o Brasil passa pelo fenômeno de desindustrialização, o que ficou latente nos anos iniciais da pandemia de covid-2019. Porém, enquanto uma parte do mundo se desindustrializa, seja a desindustrialização ocorrida em países centrais classificada como madura, pois, mesmo apresentando a perda do peso da indústria, o fenômeno ocorre em economias de alta renda *per capita*, onde um outro setor mais dinâmico substitui o industrial, seja nas economias periféricas, onde a desindustrialização é chamada de precoce por se manifestar em países de baixa renda *per capita* (FEIJÓ E OREIRO, 2010), uma outra parte, o Leste asiático se industrializa. O crescimento real acumulado do valor adicionado manufatureiro entre os trinta países listados de 1980 até 2017, o Brasil teve a pior participação com 1,24%, enquanto China (44,69%), Coreia do Sul (18,01%), Indonésia (13,17%), Índia (12,70%), Malásia (12,54%) estão entre as que mais cresceram. Entre 1980 e 2017, a indústria de transformação brasileira cresceu 24%, em grande contraste com o aumento desse tipo de indústria na economia mundial, na qual houve uma elevação de 204% e se excluir a China a indústria de transformação mundial elevou-se em 135%.

2. Capitalismo contemporâneo: aspectos teóricos e históricos

A tese defendida nesta seção é de que as transformações ocorridas após a crise estrutural do capitalismo durante as décadas de 1960 e 1970 engendraram nova configuração no mercado mundial em vista a reverter a tendência da queda taxa de lucro dos capitais situados nas economias centrais, sobretudo dos Estados Unidos, dentre as mudanças destacamos duas: a reestruturação produtiva com deslocamento de partes da produção para os países periféricos em busca de utilizar os menores custos com a força de trabalho e a crescente financeirização. O fenômeno da financeirização, como argumentam muitos autores marxistas⁹, é a marca do capitalismo

⁸ São os países: China, EUA, Japão, Alemanha, Índia, Coreia do sul, Itália, França, Brasil, Indonésia, Reino Unido, Rússia, México, Turquia, Espanha, Canadá, Suíça, Tailândia, Polônia, Irlanda, Holanda, Austrália, Malásia, Arabia Saudita, Áustria, Suécia, Bélgica, Ira, Filipinas, Argentina.

⁹ (CARCANHOLO e NAKATANI, 2013); (HARVEY, 2008); (CHESNAIS, 2003); (AMARAL, 2012) e outros.

contemporâneo, sendo a sobreposição da lógica fictícia sobre as demais. Desde já adiantamos que por financeirização, entendemos como sendo o sobredimensionamento da esfera financeira e fictícia sobre a esfera produtiva, tendo sido originária das revoluções nos meios de comunicação das décadas de 1960-1970. Nosso objetivo nesta seção é interligar o aspecto financeiro e produtivo dessas duas esferas.

Antes é preciso fazer as devidas mediações entre a categoria em sua forma mais abstrata tratada por Marx (2017) no livro III do Capital e como ela assume o protagonismo da acumulação de capital atualmente. Primeiro, quando Marx (2017) tratou do ciclo do capital industrial no livro II do capital, cujo o objetivo, em um nível maior de abstração, era compreender o capital que se autovaloriza em movimento, o autor argumentou que o capital assume três formas: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria e a totalidade posta em movimento é o capital industrial. Visto isso, em um nível menor de abstração do livro III da mesma obra, o autor alemão explicou que há desdobramentos das formas que na aparência se apresentam como autônomas. Então, temos o capital-mercadoria se dividindo em capital de mercadoria e capital da mercadoria dinheiro. A autonomização das formas cria uma funcionalidade (e disfuncionalidades) para o ciclo ao permitir a maior rotação do ciclo do capital industrial e assim a geração de uma maior massa de mais-valor. Todas as formas autonomizadas ajudam ao capital-produtivo a gerar mais-valor, ao passo que também requerem uma parcela desse mais-valor. Destarte, com a complexificação das relações capitalistas surge a figura do capital bancário, este capital possui a funcionalidade concentrar o crédito (capital monetário) para financiar a produção do capitalista produtivo, ao conceder crédito, esse capital funciona como capital portador de juros. O capital portador de juros é um desdobramento dialético do capital bancário. O capital portador de juros possui um último desdobramento, o capital fictício. Diferentemente de seu par, o capital fictício não possui vínculo direto com a produção, assumindo um caráter meramente especulativo. O capital fictício aparece como o capital que autovaloriza por só ser capital através da especulação, ele é parecido com o capital portador de juros pois são os juros, entendido como a parcela do lucro produzida pelo capitalista ativo destinado ao dono da mercadoria capital, a sua fonte de valorização, porém sem que tenha participado da produção, é apenas especulação. O capital fictício é real do ponto de vista individual, mas ilusório do ponto de vista social (CARCANHOLO e NAKATANI, 2013).

Como os juros são uma forma de apropriação específica numa magnitude menor do que o total da mais-valia, o fato de que a constituição do capital na forma de ações que renda uma forma de mais-valia e não a integralidade, esses integrantes do proprietário da mercadoria capital se contentam com isso. Nesse sentido, não vão participar da taxa média de lucro. Quanto maior for a proporção do capital total que se constitui nesses moldes, menor tende a ser a redução na taxa média

de lucro. Assim, isso é uma contra tendência à lei da queda da taxa de lucro. Como os juros são a categoria, que na aparência, correspondem à apropriação de lucro, em forma de juros, por quem é o detentor da mercadoria capital, todo mundo que detém um juro aparece como proprietário de um detentor de capital seja de fato ou não. Na forma de capital fictício, uma das formas do capital bancário é justamente o depósito de todas as classes sociais e que os bancos pagam um juro por esse depósito. Até a classe trabalhadora pode receber juros e receber rendimentos da mercadoria capital e, portanto, a classe trabalhadora também pode, de maneira mistificada, ser proprietária de uma mercadoria capital, quando na verdade essa mercadoria não possui base real. O capital fictício é um desdobramento último do fetiche do capital. Antes, o D-D' parecia o último estágio, o simples fato de ser dinheiro gerava mais dinheiro, as formas de mercadoria e produção estavam escondidas. A lógica do capital fictício é mistificar a própria forma dinheiro, porque ele constitui a base de uma apropriação futura. A partir da capitalização, permite-se a sua monetização, sua transformação em D. É a inversão completa da lógica do capital.

Reconhecemos que qualquer tipo de sintetização não será suficiente para explicar a crise como um todo, no entanto vamos fazer o esforço de resgatar alguns fatos marcantes necessários para situar a América Latina na dinâmica imperialista atual. Os Estados Unidos assumiram a hegemonia do bloco capitalista e a reprodução da sociedade burguesa estadunidense passou a ser dominante no mundo. O Estado também assumiu um papel central quando foi responsável por garantir essa reprodução, tão como prezar pelo bem-estar e o pleno emprego. No plano do mercado mundial, os EUA assumiram a posição de detentores da riqueza e responsáveis pela conversibilidade do dólar, que se tornou uma moeda mundial, em ouro de acordo com o tratado de Bretton Woods. Cabia aos estadunidenses o fortalecimento do bloco capitalista, então vultuosos planos foram aplicados nas economias arrasadas pela grande guerra, como, por exemplo, a Alemanha e o Japão (GASPAR, 2015). Assim ficaram conhecidos os trinta anos gloriosos do capitalismo, onde a economia mundial cresceu consideravelmente. Entretanto, os meados de 1960 e em 1970 mostravam o esgotamento do regime de acumulação fordista, os países arrasados da guerra conseguiram se reestruturar e até economias do terceiro mundo concorriam com a hegemonia dos EUA, o mundo vivia uma crise de sobreacumulação de capital (CARCANHOLO e BARUCO, 2011) e, enquanto o setor produtivo apresentava taxas decrescentes de lucro, o setor financeiro emergia altamente dinâmico impulsionado pelas revoluções tecnológicas.

A forma fictícia sempre existiu, porém depois das mudanças de 1970, o capital fictício assume o controle da acumulação capitalista (AMARAL, 2012). Lapavitsas (2009) elenca três motivos para o surgimento do padrão de acumulação financeirizado: (i) a presença persistente da tendência da queda da taxa de lucro na década de 1970, somado a baixa produtividade; (ii) a

revolução tecnológica ocorrida no período que pressionou por mudanças na esfera da produção para fazer frente ao crescimento da especulação na esfera financeira; sendo que (i) e (ii) foram fatores contribuintes ao aumento da taxa de desemprego; e, por fim, (iii) as empresas transnacionais oriundas da integração monopólica dominaram a produção e o comércio mundial. O autor também argumenta que há uma assimetria de entre a esfera financeira e fictícia em relação à esfera produtiva, as revoluções nos meios de comunicação diminuíram o tempo de rotação do capital e por diminuir o tempo de rotação do capital o capital pôde fazer o que sempre fez em um período de tempo menor, assim apropriando de uma maior taxa de mais-valor. O advento da terceira revolução industrial com avanço da microeletrônica proporcionou um dinamismo no setor financeiro, enquanto o setor produtivo apresentava uma persistente queda na taxa de lucro, o setor financeiro mantinha-se dinâmico.

Então, podemos compreender que devido à crise estrutural assinalada, o advento da microeletrônica e a conseqüente dinamização do setor financeiro impôs uma nova modalidade de acumulação de capital sob a lógica financeira e fictícia. Por isso, Chesnais (2003) argumenta que o atual regime de acumulação exige a mundialização e a integração desigual e combinada da nova lógica. Por exemplo, nesse momento se faz necessária o fortalecimento das instituições financeiras como árbitras do receituário de políticas econômicas a serem usadas pelos países. É de fundamental importância que as economias implementem uma série de desregulamentações no sentido de desobstruir o movimento de “autovalorização” desse capital. Paralelamente, aumenta-se a intensificação dos mecanismos de exploração da força de trabalho pela própria lógica de valorização fictícia, pois como esse capital opera de maneira a trazer uma apropriação de mais-valor futuro para o presente, o capital produtivo precisa intensificar os mecanismos de exploração da força de trabalho para acompanhar o ritmo da especulação.

Em chave de leitura complementar, Harvey (2008) defende que a crise de 1960-1970 inaugurou um regime de acumulação flexível, cujo a principal característica desse regime seria o alto desenvolvimento das finanças, o deslocamento produtivo de parte da produção para países onde as empresas transnacionais poderiam se beneficiar do custo menor da força de trabalho e a flexibilização das leis trabalhistas nos países centrais. As transformações na produção tinham em vista corrigir a assimetria entre a esfera da circulação e produção, significa dizer que para acompanhar o ritmo especulativo da esfera financeira precisaria de uma maior exploração sobre a força de trabalho. É nesse sentido que o capital fictício precisa se desvincular do capitalismo baseado no fordismo do paradigma keynesiano que preconizava o pleno emprego.

Lapavitsas (2011) reúne alguns aspectos característicos do capitalismo contemporâneo que mostram esse domínio do fictício sobre o real. O primeiro deles é o autofinanciamento dos

investimentos a partir da venda e compra de ações entre as empresas sem intermediação bancária. O surgimento desse tipo de operação diminuiu os custos de circulação e aumentou a margem de lucro. O aspecto central ressaltado pelo autor é a lógica financeira no comando das atividades produtivas, isto é, o capital industrial subordinado à lógica fictícia. No segundo aspecto, as instituições financeiras privadas direcionaram-se para os indivíduos e famílias através da oferta de crédito e do gradativo vínculo em endividamentos com os bancos. O que leva ao terceiro aspecto, a contínua oferta de serviços financeiros (seguros, aplicações financeiras, planos de saúde e etc.), que envolve as pessoas numa espiral de dívidas em que seus rendimentos são fatiados pelos bancos, o qual o autor denominou de expropriação dos rendimentos do trabalho. É dessa forma que eles compensam as perdas que tiveram no passado com o fim dos empréstimos concedidos às empresas, mas que neste momento concentram-se nos indivíduos e famílias. Esta forma de expropriação é chamada por Lapavistas (2011) de expropriação financeira dos rendimentos do trabalho e possibilita a lucratividade sem que se tenha que adentrar no processo produtivo.

O aparato ideológico por trás das transformações necessárias para a superação da crise, como a financeirização, a reestruturação produtiva e a flexibilização das leis trabalhistas, é chamado de neoliberalismo. Esta ideologia consiste numa oposição ao paradigma keynesiano até então vigente. Sob inspiração do liberalismo clássico, mesmo que a versão clássica tenha surgido em contexto completamente diferenciado do atual, o neoliberalismo prega, dentre tantos ditames, o Estado mínimo, significa que seria responsabilidade das forças de mercado trazer o bem-estar social. No campo da economia, é indiferente se a política econômica for heterodoxa ou ortodoxa, portanto que siga os três objetivos-chaves para o crescimento e desenvolvimento (CARCANHOLO e BARUCO, 2011). O primeiro é prezar pela estabilização macroeconômica (controle da inflação e das contas públicas). No segundo, o Estado deve efetuar reformas estruturais pró-mercado para construir o ambiente macroeconômico que promova a livre mobilidade de capitais. E a terceira consiste na retomada dos investimentos privados garantidores de um novo processo de crescimento e desenvolvimento.

Para Carcanholo e Baruco (2011) o Estado não é mínimo, mas sim máximo, ele pode ser mínimo para os trabalhadores, porém é máximo em garantir a lucratividade dos capitalistas. O Estado se coloca como grande articulador do movimento de valorização fictícia, seja para empreender reformas e/ou efetuar políticas de austeridade, seja para aprofundar elementos de coerção em momentos de efervescência da luta de classes. Fato é que a promessa de crescimento econômico não se concretizou, quando comparado aos “anos gloriosos” do pós guerra, o mundo cresceu menos, além do mais a desigualdade social aumentou.

No que concerne aos movimentos históricos, alguns elementos devem ser destacados

diante disso, primeiro a conta financeira passou a ser crucial para o equilíbrio da balança de pagamentos, o que Chesnais (2003) chamou como começo da dominação financeira. Segundo movimento corresponde a movimentação de um volume de dólares fora do controle do FED, primeiramente conhecido como eurodólares. Era, assim, o início de praças financeiras (*offshores*) cujo único objetivo era especulação. Não tardou para que os dólares sobressalentes no mercado fossem administrados por outras economias, surgindo também o mercado de capitais controlado pelos países produtores de petróleo (petrodólares). As primeiras vítimas desses capitais ávidos por valorização foram os países do terceiro mundo, principalmente a América Latina onde ocorriam os processos industrializantes e estes dólares vieram como empréstimos para dar continuidade a seus projetos.

Os anos da década de 1980 inaugurou uma nova etapa nas economias periféricas de crises e instabilidade político-social, com fim de regimes autoritários. A América Latina ingressou de vez no capitalismo financeirizado, rompia-se projetos de industrialização até mesmo no Brasil. A região como um todo mergulhou em uma espiral da dívida externa, isso aconteceu principalmente por essas economias de moedas pouco conversíveis no mercado mundial estarem sujeitas às variações da moeda (quase) universal que era o dólar, agora sem os entraves de uma paridade dólar-ouro. A partir de 1979, com a escalada dos juros internacionais propagada pelo choque Volcker de 1979, instalava-se o regime de câmbio flutuante e foi por isso que Chesnais (2003) sinalizou que a mundialização do capital bancário deveria ser mundializada de forma desigual e combinada, a decisão do banco central estadunidense representava uma retomada da sua hegemonia e integrou, de maneira subordinada, a América Latina ao sistema financeiro internacional.

Por fim, devemos mencionar que as crises no capitalismo contemporâneo tendem a ser mais frequentes e seus efeitos mais graves. O capital fictício tende a potencializar os efeitos da crise, pois, caso as especulações acerca dos lucros não se concretizarem, o valor dos ativos financeiros se desvalorizam, assim haverá reverberações sobre o lado real da economia e normalmente os custos são repassados em forma de maior exploração sobre a classe trabalhadora. Os anos seguintes da década de 1980 foram de grande oscilação para economia mundial e mais aguda ainda sentiram os países dependentes. A crise da dívida externa na América Latina só se resolveu em 1990 com a volta da liquidez internacional e possibilidade de aplicar planos de estabilização exitosos. Contudo, não demorou para no final da década de 1990 a crise de fuga de capitais, iniciada primeiro na Rússia e alguns países asiáticos, contamina-se a região e produziu o mesmo efeito. Os capitais estrangeiros ao pressentirem um aumento da incerteza procuram a moeda mais conversível, no caso o dólar.

3. A simbiose entre a financeirização e a desindustrialização no atual padrão de reprodução do capital

Das seções anteriores tratamos de, em primeiro lugar, concluir que a desindustrialização é consequência do atual padrão exportador de especialização produtiva, porém o que parece não ser tratado por Osorio (2012b) é a interligação entre o fenômeno desindustrializante e reprimarizador com a financeirização. Sendo a financeirização o traço fundamental do capitalismo atual, na segunda discussão, resgatamos uma determinação histórica combinados com aspectos teóricos para explicar o capitalismo financeirizado e a configuração da nova DIT. A nova dinâmica do imperialismo deslocou parte da produção manufatureira para o leste asiático, sobretudo, aproveitando dos menores custos com a força de trabalho, enquanto que a América Latina retornava à sua vocação primário exportadora. Neste momento buscamos contribuir para a qualificação do atual PRC de Jaime Osorio (2012b) a partir de contribuições atualmente existentes, sobretudo da de Raposo (2018), e qualificar mais desdobramento da atual fase da dependência.

Seguindo o argumento de Amaral (2012), se é necessário a atualização das teorias de imperialismo, também se faz necessário a atualização da dependência. A atual fase pode ser nomeada de dependência neoliberal financeira-tecnológica. Segundo Amaral (2012, p. 135),

[...] a natureza atual de nossa condição dependente: ela não passa mais pela superexploração como traço distintivo, ainda que a superexploração esteja mais do que nunca presente, mas passa pela nossa inferioridade tecnológica, que nos faz apenas produzir, sem autonomia na criação, os padrões cada vez efêmeros de produção que o desenvolvimento tecnológico autônomo dos países centrais vai impondo ao resto do planeta

Dada a integração monopólica ocorrida em fins da segunda guerra, a formação de grandes oligopólios do capitalismo contemporâneo seria mais um desdobramento de algo que já vinha ocorrendo. Acontece que a tecnologia antes, que já era de difícil propagação para periferia, atualmente encontra-se inviabilizada, restando aos países dependentes se comportarem como meros importadores das tecnologias geradas nos centros. Ainda segundo Amaral (2012) A superexploração continua sendo o fundamental da dependência latino-americana, inclusive o deslocamento de segmentos da cadeia produtiva das grandes frações do capital produtivo se desloca para a periferia em busca da superexploração. Em segundo, as transferências de valor estão cada vez intangíveis em termos de preços, cada vez mais difícil estabelecer um preço sobre o conhecimento tecnológico, sendo muitas vezes uma precificação muito alta (bom exemplo disso são as patentes).

Visto sob essa ótica, fica evidente que a desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora aparecem como fenômenos típicos da nova situação dependente. Em uma visão complementar, Sotelo Valencia (2004) havia salientado que, na nova dependência, a desindustrialização seria o traço distintivo do atual divórcio da estrutura produtiva das necessidades

da maioria da população. Também num esforço de caracterização, Raposo (2018) ponderou sobre a dimensão fictícia no atual PRC. Segunda a autora, as economias latino-americanas constituem-se como plataformas de especulação financeira e fictícia e, por sua vez, afetam o desenrolar do ciclo do capital industrial na economia dependente. E além disso, o lado fictício no atual padrão influencia em cada etapa do ciclo do capital.

Basta agora explicarmos como a simbiose entre a financeirização e a desindustrialização com reprimarização da pauta exportadora acontece. Visto que a esfera da produção proporciona uma obtenção de lucros sem ter de passar pelo processo produtivo, os ganhos da esfera financeira são mais atrativos em relação à esfera produtiva. Em outras palavras, nas economias financeirização existe um estímulo a diminuição da formação bruta de capital em favor da especulação. Assim, possui implicação sobre a relação entre capital e trabalho, existe uma tendência para rebaixamento salarial e a adoção de medidas por parte do Estado para reduzir o salário indireto (precarização da saúde e educação públicas, previdência e etc), isso ocorre devido às pressões do setor financeiro para ganhos de curto e médio prazo (BRUNO, 2020). Nesse sentido, os processos de desindustrialização, reprimarização e, conseqüentemente, o baixo dinamismo econômico aparecem como desdobramentos da financeirização subordinada, que por sua vez é o aspecto distintivo do capitalismo contemporâneo e o papel da América Latina nele.

Feita a exposição até agora em um nível mais alto de abstração das categorias, vamos partir para um nível mais concreto da análise. A integração subordinada das economias latino-americanas se deu após a contração dos empréstimos oriundos dos petrodólares, esses capitais sobressalentes em praças financeiras destinaram-se à periferia rumo a especulação fictícia. A crise da dívida externa da década de 1980 foi uma consequência de uma mudança do capitalismo global, juntamente com a decisão política econômica dos países dependentes na década de 1970 para os mais variados motivos. Fato é que a retomada da hegemonia estadunidense com choque Volcker levou ao aumento gigantesco da dívida externa e levando a grande instabilidade nessas economias, somado ao fato de que os governos dos países efetuaram antecipadamente a chamada “estatização da dívida pública”, na qual piorou ainda mais o cenário econômico ao permitir que agentes privados tomassem dívidas em dólar e pagassem os juros em moeda nacional, repassando ao Estado a responsabilidade de pagar os compromissos externos (RAPOSO, 2018).

Faz sentido quando Chesnais (2003), por exemplo, afirma a centralidade das instituições como FMI, Banco Mundial e outras agências multilaterais na imposição, sob o comando dos EUA, de medidas neoliberais na finalidade de garantir a instalação da lógica da valorização fictícia na periferia. Dos Santos (2021) explica que a dependência consiste numa relação dialética entre o que externo e se internaliza e o interno que se externaliza, neste caso as mudanças externas impactaram

na condução política econômica, neste caso do Brasil, mas serve para toda a América Latina. A década de 1980 perpassou por uma turbulência de fatores, primeiro que a insustentabilidade do governo militar brasileiro cedeu lugar para uma democracia ainda frágil na qual herdou do antigo regime autoritário a armadilha do binômio da crise da dívida externa-hiperinflação.

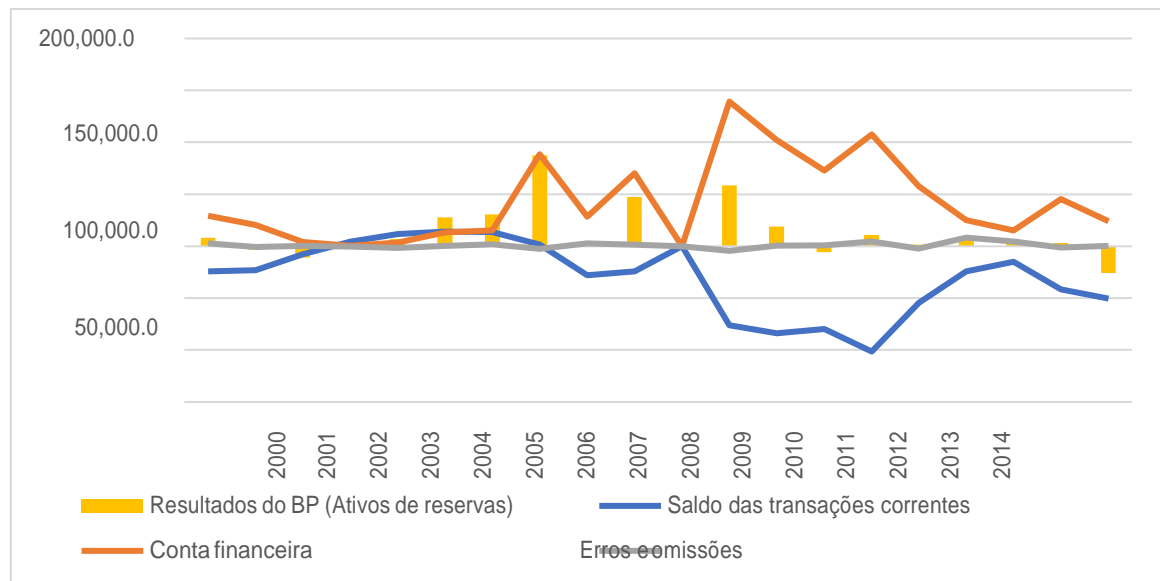
E foi durante essa mesma década que ficaram conhecidas as inúmeras tentativas de estabilização da economia através dos planos de estabilização. A situação da dívida apenas começou a melhorar quando os Estados Unidos, preocupados com a seguridade do sistema financeiro mundial, pois casos de moratória da dívida, como a do México (1982) e do Brasil (1987) ameaçavam o sistema financeiro, intervieram com uma proposta de renovação da dívida externa com termos mais consideráveis ao pagamento do principal da dívida e da rolagem de juros. Porém, a alta da inflação persistia e só seria resolvida com a volta da liquidez internacional e a adoção de medidas neoliberais preconizadas no consenso de Washington por parte de dos governos latino-americanos (PAULANI, 2012). Amaral (2012), em acordo com Paulani (2012), denomina de inserção passiva das economias dependentes no circuito financeiro correspondente à década de 1980, onde os governos se agiram passivamente aos ditames do imperialismo.

A década de 1980 pode ser compreendida como uma transição do padrão industrializante para o atual padrão exportador, especializado primário e financeirizado. As políticas adotadas por governos, sobretudo nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), focaram na viabilização da inserção ativa da economia brasileira na financeirização. As medidas de abertura comercial, liberalização financeira, reformas institucionais iniciadas no governo Collor (1990-1992) fizeram parte do programa de governo de FHC e eram necessárias para o compromisso do país com as agências credoras internacionais. Em outras palavras, o compromisso de inserção subordinada do país ao novo padrão de acumulação necessitava da livre circulação do capital em busca de autovalorização, o pano de fundo da cena política da época consistia em garantir isso. O sucesso do plano real era essencial para a credibilidade do país nas agências internacionais, de maneira a conferir uma estabilidade para especulação financeira (PAULANI, 2012). O segundo governo de FHC (1999-2002) passou por uma crise das moedas dos países menos desenvolvidos com fuga de capitais da periferia para o centro, a crise de natureza financeira ameaçou a sustentabilidade do plano Real e o câmbio, antes fixo, passou para flutuante e adotou-se o regime de metas inflacionárias, com austeridade nas políticas fiscal e monetária. A crise de fuga de capitais demonstrou que a política econômica deveria caminhar para uma contínua manutenção das reservas internacionais em dólar.

Fica nítido nesse período a característica citada por Amaral (2012), na nova etapa da dependência, e por Raposo (2018), acerca do atual padrão de reprodução do capital, na identificação

da mudança de importância para equilíbrio da balança de pagamentos da conta comercial para a financeira. A economia brasileira (e a América Latina) passou a ser uma plataforma de valorização financeira e fictícia, cujo a política de juros interna alta se tornou um atrativo à entrada de capitais em procura de ganhos com a diferenciação de juros interna e externa, por exemplo, as operações de *carry trade*, onde investidores estrangeiros obtêm ganhos na contração de empréstimos em moedas com baixas taxas de juros e investem no mercado especulativo de moedas de alta taxas de juros.

Gráfico 2 Evolução do saldo da balança de pagamentos brasileira em milhões (\$).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do FMI (2021).

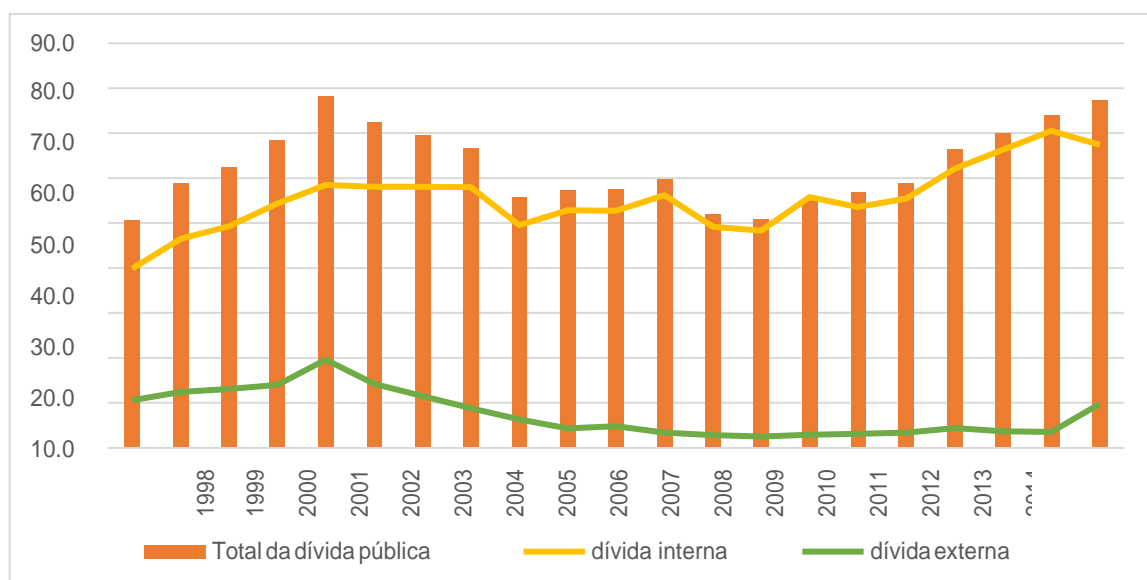
O gráfico anterior nos mostra a tendência iniciada no final do governo FHC e continuada nos governos petistas de Lula (2003- 2006 e 2007-2010) e Dilma (2011-2014 e 2015-2016) de consolidação da financeirização subordinada juntamente com a reprimarização da pauta exportadora, um fenômeno como contraface do outro. Nota-se a trajetória deficitária do saldo de transações correntes, com exceção do período de crescimento do *quantum* e dos preços das commodities de 2002 a até 2005 principalmente, o que confirma a nossa tese de perda de importância da balança comercial. O saldo financeiro mostra-se tímido ainda no começo da década de 2000, porém tem sua explosão durante a década de 2010, com um brusco, mas pequeno, refluxo em 2008 no decorrer da crise do *subprime*. Tendo em vista as diferenças entre FHC e Lula, o neoliberalismo desenfreado de FHC cedeu lugar para um governo de conciliação de classes calcado no neodesenvolvimentismo. Apesar das diferenças, os governos petistas assumiram o compromisso firmado pelo seu antecessor e aprofundaram a economia brasileira na financeirização através de mais reformas institucionais (por exemplo, a reforma da previdência) e abertura financeira, ao mesmo tempo em que estimulavam a especialização regressiva da estrutura produtiva brasileira.

No cenário internacional temos a partir de 2008 um conjunto de políticas anticíclicas nos centros, com a finalidade de estimular o consumo e o investimento, logo a política monetária dos principais bancos centrais do mundo foi de reduzir a taxa básica de juros (MARQUES e NAKATANI, 2013). Antes, vale lembrar que as altas taxas de crescimento do PIB na América Latina motivadas pelas exportações de commodities aumentou o “apetite pelo risco” desses países, essas economias possuíam uma capacidade de solvência que asseguravam os investimentos estrangeiros. Na economia brasileira notamos maior ingresso do capital, tanto em investimento em carteira, quanto em investimento direto, pois o país possui a maior estrutura financeira da região (SOUZA, 2017). Assim, para lidar com a crise, o Banco Central estadunidense operou uma política *quantitative easing*, medida prevista para o relaxamento de ativos monetários. Logo, mesmo com uma curta retração dos capitais nos anos de pico da crise em direção a moedas mais seguras, rapidamente, devido ao excesso de capitais, eles se direcionam a periferia que, por sua vez, oferecia ganhos na especulação com altas taxas de juros.

Nessa perspectiva, o que se vê no final de 2009 para início de 2010 é uma entrada massiva de dólar nessas economias. Paulani (2012), ao se referir à inserção brasileira no circuito financeiro mundial, pontua que a sobrevalorização cambial levou a uma acentuação de uma tendência que vinha se consolidando de desindustrialização, ou seja, a desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora são consequência da sobrevalorização do dólar. Em outras palavras, para o capital o importante é a sua valorização, caso ele não precise assumir a forma de capital produtivo para atingir seu objetivo e se “autovalorizar” haverá uma fuga de capitais da esfera produtiva para a financeira. A produção de valores de uso recai sobre a produção de bens primários, esta, por sua vez, é dinâmica devido ao papel atribuído aos países latino-americanos como fornecedores primários exportadores na nova DIT.

O Estado assume uma posição central na reprodução do capital financeirizado, principalmente quando nos referimos à dívida pública (RAPOSO, 2018). Ao contrário do discurso neoliberal que defende um *Estado mínimo*, o Estado, como já mencionado, é máximo ao capital e mínimo ao trabalho. O Estado prioriza o pagamento e compromisso do orçamento com gastos financeiros para depois, do que restar, gastar nos demais gastos e sendo uma parcela cada vez menor para áreas que afetem a melhoria da maior parte da população. No Brasil em que dos 2,8 trilhões de reais estimados para orçamento público de 2020, 1.927 bilhões são despesas financeiras (ORÇAMENTO CIDADÃO, 2020). Dentre essas despesas majoritariamente temos: 1.004, 6 bilhões para refinanciamento da dívida; 649,8 bilhões para juros e amortizações da dívida e para demais despesas financeiras 273,3 bilhões.

Gráfico 3 Evolução do Saldo da dívida pública brasileira por participação percentual no PIB.



Fonte: Elaboração a partir do banco de dados da CEPAL (cepalstat)

O gráfico 3 nos evidencia a explosão da dívida interna¹⁰ notada principalmente a partir de 2010. Então, temos dos movimentos a entrada massiva de capitais estrangeiros via conta financeira a partir de 2010 e a também explosão da dívida interna nesse mesmo período. Importante destacar o cenário político por trás dessa movimentação. A sucessora de Lula, Dilma Roussef, iniciou seu mandato em 2011 e parecia ensaiar uma tentativa de um novo rumo para a economia brasileira, com uma rápida diminuição nas taxas de juros internas visando o aumento do investimento privado, ao mesmo tempo em que concedia incentivos para o empresariado brasileiro ao investimento. O plano Brasil maior foi um retumbante fracasso e a política econômica a partir de então seguiu com uma forte retórica de ajuste fiscal na finalidade da presidenta amenizar os ânimos do bloco no poder. O discurso midiático em torno da responsabilidade do governo com crescimento da dívida pública recrudescceu, então a gestão da petista cedia cada vez mais aos ditames das classes dominantes para tomada de políticas de austeridade.

Estava nítido o fim do padrão de reprodução do capital baseado na conciliação de classes, a queda na taxa de lucro aprofundava a crise com reverberações sobre o cenário político. Entravámos na guerra de todos contra todos (PINTO *et al*, 2019), diante de uma queda da taxa de lucro, as classes dominantes planejaram repassar as perdas consequentes da crise de 2008 para a classe trabalhadora. O PT, por sua vez, perdia sua funcionalidade perante o controle das massas, como ficou nítido nas jornadas de 2013. O desenrolar do cenário político pós 2013 foram sucessivos fracassos da classe dominada, mesmo que a presidenta Dilma tenha ganhado as eleições 2014, o

¹⁰ Podemos notar a redução da dívida externa nos anos recentes, dívida esta que foi um problema durante a década de 1980. A partir dos anos 2000 a dívida interna passa a crescer mais do que a externa. Ocorre, pois, que os credores não são unicamente os residentes no país, bancos estrangeiros podem comprar títulos da dívida interna.

projeto neoliberal de seu adversário ganhou e, quando assumiu o segundo mandato, anunciou um pacote de austeridade fiscal. Mesmo assim, não parecia ser suficiente, o golpe de 2016 e início do governo Temer vieram para aprofundar o neoliberalismo com o apoio oportunista do imperialismo, onde se aproveitou do caos institucional para interferir em seu favor. Sobre o governo Bolsonaro (2019- atual), uma brevíssima consideração, o capitão do exército continua com as reformas pretendidas por Temer lideradas pelo seu ministro da economia Paulo Guedes, o governo trabalha para o desmonte dos direitos dos trabalhadores, humanos, da população LGBTQ+, negros, mulheres e todas as minorias sociais e da classe dominada. Bolsonaro foi o último recurso usado pelo bloco no poder para garantir sua sustentação diante uma crise estrutural do capitalismo.

Conclusões e alguns apontamentos

Concluimos que a financeirização é uma das fontes da desindustrialização e reprimarização, pois afeta o preço do dólar nas economias dependentes. Como mencionado, a conta financeira ganha o protagonismo da balança de pagamentos ao garantir seu equilíbrio, os governos agem constantemente no sentido de garantir a manutenção de reservas. Para tal, a taxa de juros em países de moeda pouco conversível, caso das economias dependentes, precisa ser alta para atrair o capital estrangeiro. Consequentemente ganha espaço a narrativa do bloco do poder, que também faz parte do jogo especulativo, de responsabilidade fiscal na finalidade de conter o aumento da dívida interna, cujo aumento é oriundo das altas taxas de juros. Isso não exclui a outra fonte de desindustrialização oriunda da posição que o Brasil (e América Latina) ocupa no mercado mundial na nova DIT, cujo a sua inserção ou é como exportadora primária ou como fornecedora de força de trabalho a baixos custos.

Os dois componentes explicam o processo desindustrializante brasileiro. Acertadamente, Sotelo Valencia (2004) argumentou que a desindustrialização é o traço fundamental da atual cisão do ciclo do capital, nosso objetivo no trabalho foi mostrar as variantes explicativas do fenômeno de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora intermediada pela categoria de padrão de reprodução do capital. Primeiramente com a qualificação feita por Osorio (2012b) em seu lado da esfera produtiva e depois com a contribuição de Raposo (2018). O pano de fundo da questão é a dependência e isso não anula os postulados dos primeiros autores da TMD, mas põe o objeto de estudo sob novas determinações do capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, visto o exposto, podemos fazer um apontamento de que a transferência de valor via preços – leia-se diferencial de apropriação entre capitais de distintas composições orgânicas- não é fundamentalmente a principal maneira de se transferir valor, sendo a remessa de formas de remuneração do capital fictício que entram através da conta financeira a predominante na

atual fase da dependência. Pela aparente ausência de limites para especular, as transferências tendem a ser mais acentuadas e, por isso, nos permite fazer outro apontamento: a superexploração é mais intensa. O que é nítido quando vemos a desregulamentação das leis trabalhistas e precarização do trabalho (uberização¹¹), além do aumento da desigualdade.

Com isso, as crises no PRC atual tendem a ser frequentes e agudas (RAPOSO, 2018). A crise estrutural da qual passa o capitalismo atualmente¹², principalmente neste período de crise sanitária, demonstra a ofensiva do capital sobre o trabalho. As contradições estão expostas mais do que antes na história recente, sobretudo nas periferias. O número de bilionários aumentou juntamente com o número de pessoas em extrema pobreza durante a pandemia de covid-19 (OXFAM, 2022). Não seria absurdo supor que os mecanismos de superexploração estão sendo aprofundados no objetivo de frear a tendência de queda da taxa de lucro. Além disso, a outra contradição latente é o crescente divórcio da estrutura produtiva com as necessidades da população, o Brasil, mesmo tendo um dos maiores parques industriais do planeta, não foi capaz de produzir, por exemplo, uma vacina totalmente nacional contra a covid-19 ou o mesmo vale para o alto preço dos alimentos ao mesmo tempo que um elevado número de pessoas passam fome, isso num dos países que mais produzem alimentos.

Referencial bibliográfico

ALMEIDA FILHO, N.; ARAÚJO, P. The pattern of capital reproduction in Brazil. **World Review of Political Economy**, v. 6, p. 320-340, 2015.

AMARAL, M. Ainda a categoria de superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. 2018. v. 1 n. 1 (2018): **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**.

AMARAL, M. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 147f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2012.

AREND, M. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho**. In: A. B. Calixtre; A. M. Biancarelli; M. A. M. Cintra. – Brasília: IPEA, 2014.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BRUNO, M. **La financiación y las reformas neoliberales del Estado em Brasil**: impactos distributivos y nuevos limites estructurales para el desarrollo. In: Tercer Seminario de Política Económica y Distribución del Ingreso, 2020, Ciudad de Mexico. El papel de la política macroeconómica y de la integración económica em los procesos distributivos em América Latina, 2020.

¹¹ O nome uberização é em referência à empresa UBER, cujo a plataforma digital foi um dos casos mais conhecidos de precarização do trabalho pelas plataformas digitais. Os avanços tecnológicos combinados com a financeirização expandem cada vez mais as possibilidades de aumento da massa de mais-valor, o que significa o maior aumento da exploração da força de trabalho. Indicamos a leitura do artigo de Traspadini e Amaral (2021).

¹² Compartilhamos da tese de Miranda e Carcanholo (2020) de que a atual crise chamada pela mídia burguesa de “crise do covid-19” faz parte de uma crise estrutural do capital iniciada antes da pandemia e acentuada durante a crise sanitária.

CARCANHOLO, M.; BARUCO, G. **A estratégia neoliberal dedesenvolvimento capitalista: caráter e contradições.** Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.21, n. 1,jul-dez. 2011.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O Capital Especulativo Parasitário uma Precisão Teórica Sobre o Capital financeiro, Característico da Globalização. In: GOMES, HELDER. **Especulação e Lucros Fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea.** Helder Gomes (Organizador). 1-ed. P. 55, São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHESNAIS, F. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et. Al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

DOS SANTOS, T. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da nova república.** –1ed.- São Paulo: Expressão popular, 2021.

DOS SANTOS, T. The structure of dependence. **The American Economic Review**, Nova York, v. 60, n. 2, p. 231-236, may. 1970.

GASPAR, R. C. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos.** Caderno Metropolitano, maio, 2015.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 2008.

LAPAVITSAS, C. Financialisation, or the search for profits in the sphere of circulation. **Research on money and finance**, Londres, n. 10, may 2009.

LAPAVITSAS, C. “Theorising Financialisation”. In: **Work, Employment & Society**, vol. 25, n.4, p. 618, dez, 2011.

LUCE, M. **Teoria Marxista da dependência: problemas e categoria- uma visão histórica.** – 1ed. São Paulo: Expressão popular, 2018.

MARINI, R. M. Plusvalía extraordinária y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 20, p. 18-39, abr-jun, 1979.

MARINI, R. M. Sobre el patrón de reproducción del capital em Chile. **Cuadernos de Cidamo**, Cidade do México, n. 7, 1982.

MARINI, R. M. Memória: por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P.(org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005a., p.134-135.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005b

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo: Boitempo, 2012, p. 21-35.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2016, p.824-825.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política.** Livro II: O processo de circulação do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política.** Livro III: O processo global de produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARQUES, R.; NAKATANI, P. Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. **Caderno CRH**, 26(67), 2013.

Miranda, F.; Carcanhlo, M. D. (2020). As “saídas” do capital para a crise do capital (ou, o que devemos enfrentar). Mimeo.

OREIRO, J.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Rev. de Economia Política**, São Paulo, Vol.30, n.2. 2010.

OXFAM BRASIL. **Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia, enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos**. Brasil, janeiro de 2022.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M.(orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a, p. 37-86.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva-estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M.(orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b, p. 103-133.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 10, p. 89-102, jun. 2012.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; SALUDJIAN. A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO. P. SCHONERWALD.; BARUCO, G. **A GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS E A LAVA JATO: A CRISE BRASILEIRA E A VITÓRIA DO CAPITÃO BOLSONARO**. Revista da sociedade brasileira de economia política, Rio de Janeiro, v.54, setembro de 2019.

RAPOSO, B. F. **Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Uberlândia, 2018.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2020. Brasília, 2019. 54 p.

SOUZA, H. **Análise dos fluxos da conta financeira do balanço de pagamentos brasileiro e a dinâmica especulativa dos investimentos diretos (período 2000-2016)**. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 2017.

TRASPADINI, R. ; AMARAL, M. S. . **Uber e a superexploração do trabalho**. Outras Palavras, São Paulo, 02 fev. 2021

VALENCIA, A. S. **Desindustrialización y crisis del neoliberalismo: maquiladoras y telecomunicaciones**. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2004.